



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

127 B
050

DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO DE JURISDIÇÃO Nº: 0177124-6
RECORRENTE: Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital
PARTES: Estado de Pernambuco
Joselito da Silva Júnior
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

547.0

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMPE/BMPE/2003. EXAME DE SAÚDE. **1.** O entendimento jurisprudencial é no sentido de que não fere o princípio da isonomia erigir fatores de avaliação em concursos públicos, desde que guardada a devida razoabilidade com a natureza do cargo em certame. **2.** Nesses termos, é possível, em tese, eleger a higidez otorrinolaringológica como pressuposto para o exercício da função policial militar. **3.** O exame de saúde em comento encontra-se respaldado na legislação de regência, qual seja art. 10 da Lei nº 6.783/1974, o Decreto Estadual nº 10.832/1985 e a Portaria CRESEP nº 44/1994. **4.** Todavia, o edital do concurso não identifica, de maneira concreta e objetiva, quais os parâmetros de aferição que consubstanciam o *desvio de septo* incompatível com a função em disputa. **5.** Os documentos médicos carreados pelo autor às fls. 45 e 46, infirmaram o laudo oficial, demonstrando que o desvio que possui o autor não restringe ou inviabiliza o exercício do cargo de soldado. **6.** Nesse contexto, à luz do conjunto probatório constante dos autos, o desvio de septo do autor não constitui fator incapacitante para o exercício da função. **7.** Reexame necessário improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0177124-6, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 10 de dezembro de 2009 (data de julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

119
051
e

DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO DE JURISDIÇÃO Nº: 0177124-6
RECORRENTE: Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital
PARTES: Estado de Pernambuco
 Joselito da Silva Júnior
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** da sentença de fls. 85/88, proferida pelo Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital que, julgando procedente o pedido formulado nos autos da ação ordinária nº 001.2004.009059-1, anulou o ato administrativo de exclusão do autor do concurso público para ingresso no CFSd PMPE/BMPE/Edital-2003, ao entendimento de necessidade de lei formal instituindo o exame de saúde, e, bem assim, pela generalidade dos termos de tal ato de exclusão, no qual não consta o grau de desvio de septo e o comprometimento que tal desvio acarreta ao exercício das funções inerentes ao cargo de soldado.

A sentença em análise confirmou a antecipação de tutela deferida às fls. 53/54 dos autos, que havia assegurado ao autor o retorno ao certame em comento.

O pleito formulado pelo autor consiste na decretação de nulidade do ato administrativo que o excluiu do concurso, em virtude de ser possuidor de desvio de septo nasal, o que o tornaria inapto ao exercício do cargo.

Nesse sentido, ajuizou o feito em comento, por ter sido considerado inapto no exame de saúde, mais especificamente **no exame otorrinolaringológico – desvio de septo nasal, (item 5.2.10 do Edital)**, asseverando em apertada suma: **(i)** que foi eliminado do mencionado concurso sem ser submetido à junta médica especializada, que comprovasse por avaliação acurada ser inapto para o exercício do cargo em concurso, tal como previsto pelas regras de regência; **(ii)** dita eliminação deu-se com base na Portaria nº 44/1994 CRESEP, Anexo Único, III; **(iii)** sua capacidade física resta comprovada pela prova documental médica carreada, segundo a qual o desvio de septo nasal que apresenta não compromete sua condição física e respiratória, pelo que sua inaptidão fundada em desvio de septo apresenta-se como discriminatória, ainda mais por se fundar em portaria e sem laudo médico específico, contrariando os princípios e garantias constitucionais insertos nos arts. 5º, *caput* e 37, I e II da CR; **(iv)** o *periculum in mora* encontra-se também caracterizado em virtude do prosseguimento do certame.

Na contestação de fls. 64/69, asseverou o Estado: **(i)** em preliminar: (a) ser parte ilegítima, eis que o concurso público foi realizado sob supervisão do IRH-PE, autarquia estadual; (b) necessidade de citação dos demais candidatos aprovados na qualidade de litisconsortes passivos necessários; e (c) impossibilidade jurídica de antecipação de tutela, por ser o ato impugnado, na via mandamental, de competência dos secretários de estado signatários do edital, o que determina a competência da segunda instância para apreciação da antecipação de tutela, *ex vi* do disposto no art.1º da Lei nº 9.494/1997; **(ii)** no mérito: o autor não trouxe aos autos qualquer prova capaz de infirmar as conclusões do laudo oficial, inclusive porque o laudo médico carreado junto com a inicial notícia possuir desvio de septo nasal, e, ainda assim, dito laudo particular não poderia substituir a perícia oficial, e, bem assim, que o autor não trouxe aos autos prova de haver recorrido administrativamente, oportunidade em que poderia ter solicitado nova perícia médica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

120
052 @

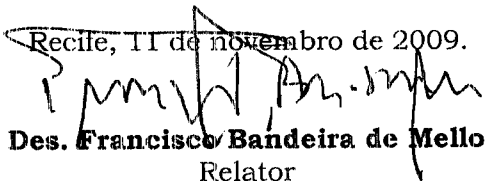
Registro, ainda, às fls. 81/84, a comprovação pelo autor de haver concluído o curso de formação

O Ministério Público opinou pelo improvimento do duplo grau obrigatório (fls. 105/116).

É o essencial a relatar.

Tendo em vista que o valor atribuído à causa autorizaria o processamento pelo rito sumário, determino a inclusão do feito em pauta, em aplicação analógica do disposto no art. 76, parágrafo único do Regimento Interno.

Recife, 11 de novembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

1287

053/

DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO DE JURISDIÇÃO Nº: 0177124-6
RECORRENTE: Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital
PARTES: Estado de Pernambuco
Joselito da Silva Júnior
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito, a presente questão gira em torno dos exames de saúde, mais especificamente dos **exames otorrinolaringológicos**, fase eliminatória do concurso público para ingresso no curso de formação de soldados PMPE/BMPE/ Edital 2003.

Registro, inicialmente, ser possível, à luz da jurisprudência pátria, o estabelecimento de fatores de avaliação em concursos públicos, desde que guardada a devida razoabilidade com a natureza do cargo em certame.

Em outras palavras: é possível, em tese, eleger a higidez otorrinolaringológica como pressuposto para o exercício da função policial militar.

Tenho, nesse sentido, que o exame de saúde em comento encontra-se respaldado na legislação de regência, qual seja art. 10 da Lei nº 6.783/1974, Decreto Estadual nº 10.832/1985, Portaria CRESEP nº 44/1994 e edital do concurso em referência.

Analisando os autos, observo que o ato de exclusão do autor do certame, foi lançado nos seguintes termos:

“RESULTADO DO EXAME MÉDICO:

INAPTO – Otorrino – Desvio Septo Nasal, de acordo com o item 5.2.10 do Manual do Candidato.” (fls. 33).

Verifico, na seqüência, que o item 5.2.10 do edital dispõe:

“5.2.10 . Será CONSIDERADO INAPTO no Exame de Saúde o candidato que:

- . incidir em quaisquer das causas de incapacidade de saúde, especificadas na Portaria do Comando Geral nº 044, de 06 de janeiro de 1994, modificada pela Portaria nº 1.246, de 06/08/2003 (disponível na internet), aplicada, também, ao Corpo de Bombeiro Militar.***
- . possuir, ainda, altura inferior a 1m 65cm, se do sexo masculino e 1m 60 cm, se do sexo feminino.***
- . apresentar exame laboratorial compatível com a moléstia ou enfermidade especificada no subitem 5.2.3. deste Manual.***
- . deixar de apresentar qualquer um dos Exames solicitados.***
- . deixar de comparecer aos Exames mas datas e locais estabelecidos.”*** (fls. 22).

Conforme constante às fls. 37 destes autos, as causas incapacitantes otorrinolaringológicas em questão, são as seguintes:

DG 0177124-6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

129 /
054 /

"III – OTORRINOLARINGOLÓGICAS

- 1 – Perfuração do tímpano*
- 2 – Otites crônicas*
- 3 – Sinusopatias crônicas*
- 4 - **Desvio septo nasal***
- 5 – Hipertrofia dos cornetos*
- 6 – Déficit auditivo*
- 7 – Pólipos*
- 8 – Amigdalite crônica com hipertrofia das amígdalas*
- 9 – Patologia genética*
- 10 – Labirintopatias*
- 11 – Outras patologias otorrinolaringológicas que comprometam a função policial-militar (inclusive distúrbios de fala).*

O edital do certame não identifica, de maneira concreta e objetiva, quais os parâmetros de aferição que consubstanciam o **desvio de septo** incompatível com a função em disputa.

O Estado trouxe aos presentes autos o Boletim do Resultado do Exame de Saúde (fls. 71), no qual constam os exames realizados pelos médicos oficiais, consignando expressamente possuir o candidato desvio de septo nasal.

Analisando os autos, verifico que o autor instruiu o feito com o laudo médico de fls. 45 e o exame de vídeo Nasofaringoscopia (fls. 46), realizados na UNO – Unidade de Otorrino, em cujos termos, devidamente firmados pelo médico Dr. Luiz Antonio Barboda, CRM 9249, se lê:

"LAUDO

Declaro para os devidos fins que Joselito da Silva Júnior, RG 6389946 SSP-PE, apresenta ao exame otorrinolaringológico desvio de septo nasal e que tal alteração não compromete a sua condição física e respiratória, não oferece risco à sua saúde, e portanto, não deve causar restrição ao exercício da função de PM e Bombeiro.

Considero assim, que o paciente supra-citado está apto a exercer a função do ponto de vista otorrinolaringológico."
(fls. 45).

"Vídeo- Nasofaringoscopia

...

Nasofaringoscopia

Discreto desvio de septo nasal, Conchas nasais inferiores normais. Conchas médias sem alterações. Meatos médios livres. Coanas pervias. Palidez da mucosa nasal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

p 30 p
055

Conclusão:

1. *Desvio de septo leve*
2. *Rinite Alérgica.*"

Ou seja, os laudos médicos carreados pelo autor infirmaram o laudo oficial, demonstrando que o desvio que possui é leve e não restringe ou inviabiliza o exercício do cargo de soldado.

Verifico, ainda, às fls. 75, o despacho do Juiz *a quo* intimando as partes para informar se pretendiam realizar provas, prazo esse que decorreu *in albis* (fls. 76).

Nesse contexto, à luz do conjunto probatório constante dos autos, tenho que desvio de septo do autor não constitui fator incapacitante para o exercício da função, pelo que **nego provimento ao reexame necessário.**

É como voto.

Recife, 10 de dezembro de 2009.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator